

A INTERTEXTUALIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS EM ALGUNS GÊNEROS TEXTUAIS

Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira (UERJ)

A INTERTEXTUALIDADE LITERÁRIA

O conceito de intertextualidade tem sido abordado tradicionalmente, sobretudo nos estudos concernentes à composição de textos literários. Tal abordagem se dá, na medida em que, nos diferentes estilos de época da Literatura verifica-se o diálogo entre textos como uma forma de se refratar o discurso original na composição de um novo enunciado lingüístico.

Verifica-se essa estratégia de composição estilística, pois se observa que determinados textos muitas vezes têm no seu interior intertextos de outras gerações literárias. Por conta disso, existirão, nesses textos, tanto características da época em que o intertexto fora originado quanto traços estilísticos próprios da nova escola literária em que o novo texto é criado.

Para exemplificar essa característica da produção literária, é válido analisarmos a introdução do segundo capítulo da obra *Macunaíma*, em que Mário de Andrade retoma as palavras de José de Alencar, em *Iracema*, ao apresentar na narrativa o seu personagem principal e anti-herói.

Observe os fragmentos das duas obras:

Em *Iracema*:

Além, muito além daquela serra, que ainda azula no horizonte, nasceu Iracema. Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira. (...) (Azeredo, 2007, p. 132).

EM *MACUNAÍMA*

No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinho e filho do medo da noite. (Azeredo, 2007, p. 132).

Ao optar pela alusão ao romance de José de Alencar, Mário de Andrade, ao mesmo tempo em que trás para o texto o fragmento do autor indianista, reconstrói o discurso original para remontar um outro texto. Mesmo utilizando elementos da natureza brasileira – que é uma característica dos textos daquele período do Romantismo – a nova composição refrata a idéia inicial de exaltação do elemento indígena que, no texto modernista é, na realidade um anti-herói, e não o “bom selvagem” do Romantismo.

Essa reconstrução ajuda a propiciar para o leitor o perfil do personagem principal logo no início da obra de Mário de Andrade, ao mesmo tempo em que retoma o texto original da memória discursiva dos leitores, que é refratado.

A intertextualidade, nesse sentido, é uma característica própria do discurso literário, como um importante componente estilístico de enriquecimento da escrita literária. Nesse sentido, pode-se afirmar que o recurso da intertextualidade estaria mais ligado à função poética da linguagem.

Essa grande utilização do intertexto na linguagem literária foi o que teria motivado a ampliação do conceito de intertextualidade que surgira através dos estudos bakhtinianos. Nesse caso, as pesquisas em torno da Teoria Literária na década de 60 foram responsáveis pela divulgação do conceito original de intertextualidade desenvolvido primeiramente por Mikhail Bakhtin¹.

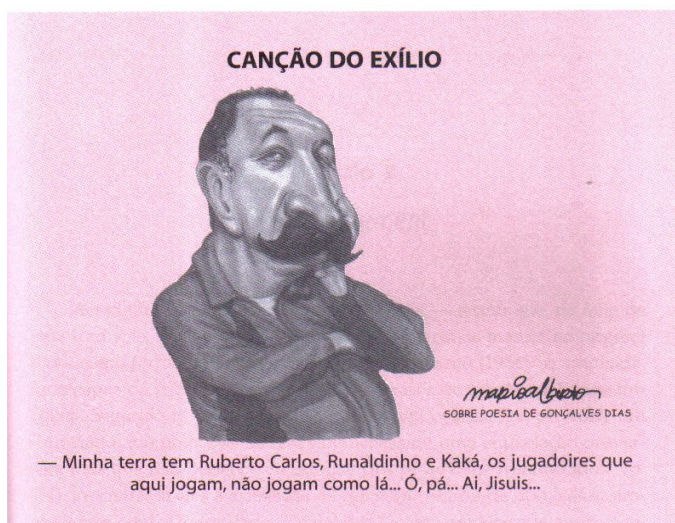
A INTERTEXTUALIDADE EM TEXTOS MIDIÁTICOS

Na atualidade observa-se a abundante utilização da intertextualidade na composição de diversos textos que surgem da mídia. O aparecimento desse recurso na propaganda ou em gêneros de cunho jornalístico faz com que esse fenômeno seja, além de uma característica própria dos textos literários, um recurso a que o enunciador lança-mão para produzir textos criativos e mais voltados para chamar a atenção do seu público alvo.

¹ Atribui-se a divulgação do conceito de intertextualidade desenvolvido por Bakhtin à crítica literária francesa Julia Kristeva (Koch, Bentes e Cavalcante, 2007, p. 9).

A presença de intertextos é comum na venda de produtos e serviços. Tal aparecimento denota a característica essencialmente híbrida da linguagem, que será intrinsecamente maleável em suas diferentes utilizações.

Para ilustrar tal mobilidade da composição textual, observe o exemplo abaixo que constitui uma interessante construção mostrada no jornal *Lance* em 13/06/2004:



(*Apud* Koch, Bentes e Cavalcante, 2007, p. 43)

Observe que o enunciador, na composição da charge/texto, remete-se à memória discursiva dos interlocutores e trás para a superfície textual um texto essencialmente literário – A canção do exílio de Gonçalves Dias² – o que revela uma imbricação de gêneros aparentemente distintos que se convergem na composição estilística.

² O texto "Canção do Exílio" tem sido objeto de exploração intertextual de diferentes autores nas suas composições. Para citar alguns: Casimiro de Abreu, Joaquim Osório Duque Estrada, Murilo Mendes e Jô Soares, que exploraram o texto canônico de G. Dias em composições com novos matizes semânticos.

O texto apresenta um tipo de intertexto implícito – a subversão – que consiste em subverter o texto primeiro para se criar novos matizes de sentidos na criação textual posterior. A composição acima requer dos interlocutores uma ativação do texto inicial (“A canção do exílio”) da sua memória discursiva para que haja o efeito de sentido que propicie o humor presente na charge/texto.³

Muitos outros textos midiáticos têm recorrido à intertextualidade em sua composição, o que torna esse fator estilístico de composição textual um elemento muito proveitoso na construção dos sentidos. Como exemplo dessa característica da atualidade, vale citar a rede de quitandas “Hortifruti” que vem lançando na mídia inúmeras propagandas construídas a partir de intertextos.

Como exemplo de *slogans* lançados pela empresa, citaremos alguns que, por fazerem remissões a filmes famosos, são facilmente reconhecidos pelos leitores, numa estratégia bastante criativa e jocosa de se chamar a atenção do público-alvo da empresa. Utiliza-se “A incrível rúcula” (por “Incrível Hulk”), “Kiwi Bill” (por Kill Bill), “A outra alface” (por “A outra face”), “E o coentro levou” (por “E o vento levou”), “Beringela indiscreta” (por “Janela indiscreta”), “O quiabo veste Prada” (por “O diabo veste Prada”) e “Limão impossível” (por “Missão impossível”).⁴

Essa estratégia de remissão a filmes ratifica essa característica de utilização da intertextos em outros gêneros textuais além dos literários. O uso da intertextualidade pode ser visto, portanto, como uma

³Além do conhecimento prévio do intertexto propriamente dito, existe também a necessidade da ativação de um *conhecimento de mundo* que esteja afim com o tipo de público alvo da revista esportiva “Lance”, uma vez que alguns jogadores de futebol brasileiros da atualidade são mencionados. Também com respeito ao conhecimento de mundo, há uma exposição da figura do português, que pode ser reconhecida através de recursos fonético/fonológicos próprios da fala desses indivíduos e que fazem parte do imaginário dos brasileiros (para citar alguns exemplos desses recursos linguísticos, há o /ol/ inicial que se transforma em /ul/ em *Ruberto, Runaldinho e jogadores*, além da epêntese do /l/ nesse último lexema. Também há uma referência a gírias próprias da variante diatópica do português de Portugal como *Ó, pá e Ai, Jisuis* no final da fala do personagem). Esses são alguns dos elementos que precisam ser reconhecidos pelos enunciatários a fim de que a leitura realmente seja processada.

⁴ Os exemplos foram retirados do site da empresa de propaganda “MPPublicidade”: <http://www.mppublicidade.com.br>, acessado em 12/02/2008.

estratégia de composição textual discursivamente bastante enriquecedora.

Na utilização do intertexto como estratégia de composição de textos midiáticos podemos evidenciar uma forma de exploração da linguagem em sua função conativa. Esse recurso de elaboração requer dos enunciatários o conhecimento dos textos originais para que essas propagandas atinjam o objetivo de chamar a atenção do público idealizado pelo enunciador.

A INTERTEXTUALIDADE COMO FATOR DA COERÊNCIA TEXTUAL

Vimos anteriormente a exposição do fenômeno da intertextualidade em textos como os literários e os midiáticos. Entretanto, além da abordagem no interior dos estudos literários ou mesmo de gêneros utilizados na propaganda, a intertextualidade também tem sido analisada como um dos fatores de coerência textual. Nessa abordagem, o reconhecimento do intertexto e de seus desdobramentos na produção dos sentidos é um fator essencial para a apreensão dos conteúdos que são expostos na superfície textual.

Essa concepção da intertextualidade mostra o fenômeno não apenas em suas características estruturais ou estilísticas, mas, sobretudo, a revela como um elemento essencial para o processamento da leitura. Nessa perspectiva, deve-se ressaltar que os sentidos expostos na superfície de um determinado texto só serão, de fato, apreendidos, se os interlocutores tiverem previamente armazenados em sua memória discursiva o conhecimento dos textos originais. Nesse caso,

Conforme Beaugrande e Dressler, a intertextualidade compreende as diversas maneiras pelas quais a produção e recepção de dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores, isto é, diz respeito aos fatores que tornam a utilização de um texto dependente de um ou mais textos previamente existentes. (Koch e Travaglia, 1995, p. 88)

Dessa forma, sem que haja o conhecimento anteriormente adquirido pelo leitor, é inviável o pleno entendimento do que está sendo dito pelo produtor do texto, uma vez que, o intertexto, por esse

ponto de vista, também se constitui um elemento de mediação dos sentidos.

Segundo José C. Azeredo (2007, p. 133), “A nossa memória textual atua no tecido de nossos discursos, ligando os contextos históricos e impregnando de sentido os textos que produzimos.”

Essa característica da linguagem humana de mediação dos sentidos é o que faz da intertextualidade um importante elemento estabelecido da coerência quando os diferentes intertextos são ativados na superfície textual.

A intertextualidade como fator de coerência textual também pode ser vista como um componente essencial do processo de interação pela linguagem. Tais desdobramentos acerca desse processo tornam o intertexto não apenas um elemento de utilização da linguagem em suas diferentes funções, como mostrado com exemplos de utilização da função poética e da conativa. A intertextualidade será, antes de tudo, uma característica da produção verbal humana, de uma forma generalizada.

Para entender a intertextualidade como um componente da linguagem e não apenas como um fenômeno presente nos textos literários ou midiáticos, passa-se, então a recorrer aos estudos de M. Bakhtin que ampliam a visão acerca do conceito. Essa outra concepção acerca da intertextualidade tem sua origem nos conceitos do dialogismo e da polifonia desenvolvidos pelo autor.

DIALOGISMO, POLIFONIA E INTERTEXTUALIDADE À LUZ DA TEORIA DE M. BAKHTIN

Bakhtin contribuiu para a ampliação acerca do campo de pesquisa da linguagem quando se preocupou com o exame da natureza da enunciação verbal. Para ele, além da matéria lingüística exposta nos diferentes enunciados devem ser analisados os elementos contextuais da produção verbal.

O enunciado lingüístico, de acordo com o autor, pode ser entendido, então, através do seguinte esquema:

Elemento verbalmente exposto + elementos contextuais advindos das relações sociais e históricas dos sujeitos na comunicação

A concepção bakhtiniana do enunciado lingüístico aproxima-se bastante do conceito de texto atualmente abraçado pela Sociolingüística. O texto, nesse caso, é visto tanto como um elemento de transmissão de conteúdos – matéria lingüística – como um produto de interação social – com todas as peculiaridades transcorridas das manifestações dos seus sujeitos interlocutores.

A linguagem, nesse caso é, então, o *lugar comum* em que os sujeitos encontram espaço de interagir, daí, pode-se falar na linguagem como um processo dialógico e não monológico. As análises feitas a partir da matéria verbalmente exposta devem, portanto, considerar todas as peculiaridades acerca do produto lingüístico a partir dos seus sujeitos (a cultura, a história, as relações sociais etc.).

Essas concepções acerca do enunciado originaram o conceito do dialogismo, que é, portanto, como uma “característica essencial da linguagem e princípio constitutivo...” (Barros, 2003, p. 2).

A noção dialógica da linguagem inaugurada em Bakhtin desdobra-se em dois aspectos, que são os conceitos da intertextualidade e o da interação verbal entre o enunciador e o enunciatário dos textos. Essa última concepção originará, conseqüentemente, o conceito da *polifonia textual*, que ocorre quando “o autor pode fazer falar várias vozes ao longo de seu texto” (Charaudeau e Maingueneau, 2007, p. 384), num tipo de dialogismo entre as diferentes vozes da sociedade.

O dialogismo interacional ainda amplia o conceito do que seria o *sujeito* na comunicação. Isso se dá, na medida em que os sujeitos discursivos não são vistos como os elementos centrais da produção verbal. Antes, porém, a unicidade lingüística é substituída por essas outras vozes sociais que os interlocutores tomam para si na medida em que o discurso é produzido.⁵

De acordo com Diana Luz Pessoa de Barros,

⁵ Todos esses desdobramentos acerca da linguagem (como produto da polifonia lingüística) contribuíram posteriormente com os estudos da Semiótica, da Pragmática e da Análise do Discurso.

... concebe-se o dialogismo como o espaço interacional entre o eu e o tu ou entre o eu e o outro, no texto. Explicam-se as freqüentes referências que faz Bakhtin ao papel do outro na constituição do sentido ou sua insistência em afirmar que nenhuma palavra é nossa, mas traz em si a perspectiva de outra voz. (Barros, 2003, p. 3)

Cabe ressaltar que essa noção polifônica da constituição da linguagem corroborou com o novo conceito da intertextualidade discursiva, que será, não apenas uma característica de um determinado gênero textual. Antes, porém, é a intertextualidade uma característica textual presente em todas as manifestações da linguagem humana:

Afirma-se o primado do intertextual sobre o textual: a intertextualidade não é mais uma dimensão derivada, mas, ao contrário, a dimensão primeira de que o texto deriva. (Barros e Fiorin, 2003, p. 4)

Por conta desses questionamentos, pode-se, então, afirmar que a intertextualidade, não é apenas um fator da coerência textual ou simplesmente como uma estratégia estilística de produção dos sentidos.

Nos textos da pesquisa em estudo – o dos contratos de empresas de saúde –, verifica-se a presença de intertextos de diferentes naturezas. Essas construções a partir de intertextos oriundos de ambientes discursivos próprios de algumas profissões exigirá dos enunciatórios uma grande habilidade leitora.

A remissão a diferentes textos promove também uma leitura não-linear, o que gerará, por conseqüência, a abertura do que conhecemos como *hyperlinks*⁶ na superfície textual.

Após as considerações iniciais acerca das diferentes formas de apresentação da intertextualidade e dos estudos pautados nesse fenômeno, pretende-se a partir desse momento, passar à demonstração de alguns tipos de intertextos e de como essa estratégia de construção será explorada pelos produtores dos textos dos contratos de saúde.

⁶ O *hyperlink* é uma hiperligação, ou simplesmente uma ligação (também conhecida em português pelo termo inglês *link*), Fragmento retirado da enciclopédia eletrônica Wikipédia, através do site: <http://pt.wikipedia.org>, acessado em 22/02/2007.

A INTERTEXTUALIDADE NOS TEXTOS DOS CONTRATOS DE SAÚDE

Antes de iniciar a demonstração dos diferentes intertextos utilizados na composição dos contratos analisados pretende-se, abordar primeiramente a natureza da intertextualidade que é utilizada na estruturação desse gênero.

Segundo Koch, Bentes e Cavalcante (2007) há uma divisão da intertextualidade em dois tipos: a *stricto sensu* e a *lato sensu*. Esses dois tipos de intertextualidade determinarão o grau de explicitação e a natureza do intertexto utilizado na composição textual.

A intertextualidade *stricto sensu* ocorre quando um intertexto que “faz parte da memória social de uma coletividade” (Koch, Bentes e Cavalcante, 2007, p. 17) é inserido em um novo texto. Esse tipo de intertextualidade foi mostrado anteriormente com os exemplos de textos midiáticos e literários.

Nesse caso, a intertextualidade só ocorrerá, portanto, com a remissão a outros textos, já anteriormente produzidos e que deve remeter a elementos, segundo L. Jenny “anteriormente estruturados, para além do lexema, naturalmente, mas que seja qual for o seu nível de estruturação.” (Jenny, *apud* Koch, Bentes e Cavalcante, 2007, p. 17).

A intertextualidade *lato sensu*, entretanto, não é vista de forma tão aparente, pois basta que haja uma remissão discursiva a outras vozes textuais, ainda que de forma indireta para que ela ocorra.

Dessa forma, esse tipo de intertextualidade irá configurar-se a partir da noção de intertexto como componente textual natural, que, conforme mostrado anteriormente foi inaugurada a partir das noções de dialogismo e polifonia textual.

Para que esse intertexto seja evidenciado pelos interlocutores torna-se, portanto, necessário um desempenho discursivo maior, uma vez que, a relação intertextual não subjaz uma remissão a textos que fazem parte da memória cognitiva cultural e socialmente partilhada. A intertextualidade *lato sensu* irá apresentar fragmentos textuais de diferentes naturezas de uma forma bem menos evidenciável.

Mostradas as diferenças encontradas na natureza dos diferentes intertextos, pretende-se analisar, aqui, como essa estratégia de produção é evidenciada nos textos dos contratos de empresas de saúde. Os exemplos mais abundantes de intertextos encontrados nos textos dos contratos são – a intertextualidade genérica e a referência – é sobre esses dois tipos que ater-nos-emos a partir de então.

A intertextualidade genérica

Esse tipo de intertextualidade existe quando textos de natureza genérica diferentes são unidos da composição textual. De acordo com Dominick Maingueneau, é comum a utilização de diferentes gêneros na composição dos gêneros utilizados nas práticas comunicativas. Segundo o autor,

É bastante comum, todavia, que, no lugar próprio de determinada prática social ou cena enunciativa se apresente (m) gênero(s) pertencentes a outras molduras comunicativas, evidentemente com o objetivo de produzir determinados efeitos de sentido. Para tanto, o produtor do texto conta com o conhecimento prévio dos seus ouvintes/leitores a respeito dos gêneros em questão. (Koch, 2007, p. 67)

Dessa forma, a intertextualidade genérica exigirá dos leitores/ouvintes uma grande habilidade quanto à percepção da ativação de gêneros de naturezas distintas na composição textual.

Pretende-se exemplificar como a intertextualidade genérica ocorre nos textos dos contratos de saúde. Vale lembrar que a intertextualidade também pode ser de natureza *lato* ou *stricto sensu*. Para demonstrar uma estratégia de utilização de intertextualidade *lato sensu* do tipo genérico, valer-se-á do fragmento a seguir:

Exemplo 1:

11.2 – REAJUSTE ATUARIAL

A reavaliação atuarial do plano deverá ser realizada anualmente, na data de aniversário do contratado. A CONTRATADA poderá proceder a recálculos atuariais nas mensalidades do plano, sempre que ocorrerem as seguintes distorções cumulativas ou isoladas, detectadas na reavaliação atuarial e desde que seja de comum acordo com o USUÁRIO ou conforme formulação aprovada na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar)... (RioMed Assistência Médica, p. 7)

Nesse segmento textual, que faz parte da cláusula concernente aos reajustes financeiros há uma demonstração de afinidades discursivas com gêneros próprios da Economia e, mais especificamente da Atuária⁷. O sintagma nominal “*reavaliação atuarial*” revela um tipo de intertexto implícito pertencente a esse domínio discursivo, que continua a ser invocado ainda nos seguintes segmentos: “*recálculos atuariais*” e “*seguintes distorções cumulativas ou isoladas*”.

Observe como é importante que o enunciatário recorra aos *frames*⁸ que revelam esse conhecimento de mundo e com a ativação desses sintagmas abrem-se certos “nódulos cognitivos”⁹ que podem continuar com os seus conteúdos descodificados se esses não forem previamente adquiridos pelos leitores. (Koch, 2005, p. 83)

A intertextualidade por referência e a leitura em hiperlinks nos contratos de saúde

Como visto anteriormente, a intertextualidade explícita ocorre quando, no interior do texto há uma menção à fonte do intertexto, com uma citação direta ao enunciado original assim como ao seu enunciador. Esse tipo de intertextualidade é bastante comum nos textos acadêmicos, pois há uma necessidade de recorrência ao autor de determinada referência teórica para validar a teoria abraçada.

Chama-se de *referência* ao tipo de intertextualidade explícita que, embora fazendo a citação direta do intertexto não utiliza no corpo do texto a íntegra de seu conteúdo. Pode-se verificar esse tipo de intertexto ao longo dos documentos contratuais analisados, uma vez que, no interior dos contratos são citados diferentes artigos, leis e

⁷ “*Ciências Atuariais é a ciência que aplica técnicas específicas à análise de riscos e expectativas, principalmente na administração de seguros e fundos de pensão.*” Fragmento retirado da enciclopédia eletrônica Wikipédia, através do site: <http://pt.wikipedia.org>, acessado em 16/02/2007.

⁸ Chama-se de *frames* ao modo de organização cognitiva do conhecimento de mundo pelos alocutários.

⁹ Ingedore Koch (2005) denomina de *nódulo cognitivo* o sintagma nominal que é ativado como forma de remissão a diferentes conceitos que serão apresentados na superfície textual.

códigos sem que haja a efetiva exposição dos conteúdos por trás dessas referências.

Koch cita como exemplo de referência um fragmento do manual da CID-10, que, coincidentemente, também é constantemente mencionado nos textos do *corpus* em análise. Observe:

(...) A pessoa que pesa menos que 85% do peso considerado normal para a idade e altura costuma ser um dado valioso para se pensar em anorexia. A CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) recomenda que a pessoa tenha um Índice de Massa Corporal (IMC) igual ou inferior a 17,5kg/m² sugestivo de anorexia. (Koch, 2007, p. 125)

Esse tipo de intertexto explícito aparece várias vezes no interior dos contratos analisados, o que vem a demonstrar uma grande quantidade de referências abertas que devem ser analisadas e processadas para que a leitura das informações seja processada.

Observe, a seguir a quantidade de referências utilizadas no fragmento textual e veja como é necessária uma pausa na leitura linear das informações a fim de que o intertexto seja acessado e analisado para que a leitura possa continuar a ser processada.

Exemplo 2:

11.1: De conformidade com a Lei 9656/98 e as Resoluções ANS RDC nº 41 e 42 de 15.12.2000, relacionamos abaixo o índice de procedimento de alta complexidade que compõe o anexo 2 da RDC 41, do qual consiste no agrupamento dos procedimentos do rol identificados por códigos assinalados na coluna PAC e deverá ser utilizado como referência para adoção de cláusulas de cobertura parcial temporária, no caso de doenças ou lesões preexistentes. (Contrato da empresa Assim, p. 13)

A referência à lei 9656/98 e às resoluções ANS RDC 41 e 42 constituem uma forma bastante peculiar de remissão que é muito utilizada nos textos dos contratos. A utilização de remissões a textos de natureza diferenciada dificulta a apreensão dos sentidos expostos, pois força o leitor a ir além da leitura do contrato para buscar em outros textos os sentidos que não são explicitamente expostos.

A lei 9656/98 foi elaborada pelo poder público para regulamentar o funcionamento dos planos de saúde. Vale salientar que é uma lei de conteúdo complexo, com remissões a outras leis e artigos de diferentes naturezas, especialmente com relação aos procedimentos ligados à saúde e aos aspectos econômicos.

As resoluções 41 e 42 da Agência Nacional de Saúde estabelecem os procedimentos quanto aos serviços de alta complexidade médica e quanto às normas para cobertura parcial temporária das empresas de saúde. Essas resoluções, além de serem também complexas em sua composição devem ser buscadas em textos especializados, que podem não ser facilmente encontrados pelos leitores.

Esse tipo de intertextualidade por referência ocorre ao longo dos textos dos contratos e provoca essa leitura não-linear dos enunciados. Isso se dá, porque, quando ocorre esse tipo de intertexto são abertos *hiperlinks* que devem ser processados a fim de que a leitura linear seja retomada. Dessa forma, a leitura de algumas cláusulas do contrato contém em seu interior outros intertextos que devem ser abertos e processados como em um *link* de computação.

Observe uma demonstração do tipo de leitura em *hiperlink* a que se pretende fazer alusão nesse artigo:

Exemplo 3:

2.1- O presente Contrato de Operação de Plano Privado de Assistência à Saúde, reveste-se de característica bilateral, gerando direitos e obrigações individuais para as partes, na forma do disposto nos artigos 1.092 e 1.093¹⁰ do Código Civil Brasileiro, considerando-se, ainda, esta avença, como um Contrato Aleatório, regulado pelos artigos 1.118¹¹ e 1.121 do mesmo código, assumindo o (a) CONTRATANTE, o risco de não vir a existir a cobertura da referida assistência, pela incoerência do evento do qual será gerada a obrigação da CONTRATADA em garanti-la. Outrossim, este Contrato se sujeita às normas estatuídas na Lei Federal nº 9.656/98¹² e legislação específica que vier a sucedê-la. (Contrato da empresa Real Doctor, p. 1)

No exemplo 3 mostramos como a abertura de diferentes *hiperlinks* é necessária para que os conteúdos vinculados pelos intertextos por referência sejam realmente processados. Essa abertura de outros textos naturais de outros ambientes discursivos obriga, portan-

¹⁰ O artigo 1092 fala sobre os diferentes papéis dos mandatários de um contrato e o 1093 fala das obrigações do mandante do contrato.

¹¹ O artigo 1118 explica como é feita a restituição na negociação contratual e o 1121 expõe sobre o interesse de terceiros nessa negociação.

¹² Conforme mencionado anteriormente, a Lei 9656/98 especifica as normas de regulamentação e funcionamento dos planos de saúde.

to, a pausa na leitura linear do contrato para que o enunciatório busque todos os conteúdos necessários ao entendimento das informações, antes de continuar na leitura do contrato em si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos exemplos de intertextualidade como ferramenta na produção literária, mostramos a concepção acerca do fenômeno que é tradicionalmente mais divulgada nos estudos da linguagem. Essa utilização da intertextualidade está mais ligada à linguagem em sua função poética.

Também foi demonstrada a importância da intertextualidade na produção de textos midiáticos, que se constitui, principalmente, um poderoso meio de alcançar ao público-alvo de um determinado produto. Nesse caso, a intertextualidade é um fenômeno voltado para a função conativa da linguagem.

Dentro dos fatores de coerência, o intertexto é um mecanismo de estabelecimento dos sentidos expostos na superfície textual, sendo, portanto, além de um elemento de valoração estilística, um recurso cognitivo que deve estar presente na leitura.

Entretanto, o sentido bakhtiniano de intertextualidade se difere dessas concepções acerca do fenômeno. De acordo com o autor, a intertextualidade é uma propriedade inerente a qualquer texto, originária da característica dialógica da linguagem, podendo ser explícita ou implícita.

Para Bakhtin, o intertexto é uma propriedade inerente à produção verbal humana, sendo originada a partir dos conceitos de dialogismo e polifonia textual. O dialogismo é uma propriedade da linguagem humana, uma vez que, a linguagem promoverá o diálogo entre os sujeitos numa determinada situação comunicativa.

Essa propriedade dialógica do discurso provoca o aparecimento de diferentes “vozes” no interior textual, originando o efeito da “polifonia” discursiva. Por outro lado, essas vozes poderão ser ouvidas não através de apenas um sujeito interlocutor, mas por diferentes “vozes” textuais. Quando o diálogo acontece entre os “muitos textos da cultura”, ocorre, pois, a *intertextualidade*, ou “o ponto de

intersecção de muitos diálogos, cruzamento das vozes oriundas de práticas de linguagem socialmente diversificadas...” (Barros, 2003, p. 4).

Nos textos dos contratos de saúde, que são o objeto de estudo principal dessa pesquisa, verifica-se uma apresentação de intertextos de uma forma bastante peculiar. Não serão mostrados inteiramente os conteúdos de textos culturalmente partilhados pela sociedade. Os intertextos são menos aparentes, pois se constituem de fragmentos discursivos de outra natureza genérica ou de referência a leis criadas pelo poder público para a regulamentação dos contratos de saúde.

Essa apresentação de intertextos nos contratos gerará uma leitura bastante diferenciada, pois os conteúdos a que as citações fazem referência na superfície textual devem ser buscados em outros textos. Tais referências obrigam o leitor a dar uma pausa na leitura linear dos contratos para examinar esses *hiperlinks* que são abertos na superfície textual.

A estratégia de utilização de intertextos no gênero analisado mostra a manipulação da linguagem de tal modo a não clarificar todos os conteúdos expostos. Essa utilização da intertextualidade pode corroborar nossa tese inicial que demonstra uma manipulação da linguagem com vistas ao obscurecimento dos sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. *Ensino de português: fundamentos, percursos, objetos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação. **In:** BARROS, Diana Luz Pessoa de e FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 2003.

Código Civil Brasileiro. No site: <http://pt.io.gov.mo> acessado em 22/02/2008.

HENRIQUES, Claudio Cezar e SIMÕES, Darcilia Marindir P. (orgs.). *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça, BENTES, Christina e CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo, Cortez, 2007.

Site <http://www.mppublicidade.com.br>, acessado em 12/02/2008.

Site <http://www.wikipedia.org>, acessado nos dias 16 e 22/02/2008.

Site: <http://www.ans.gov.br>, acessado em 22/02/2008.